

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2021 JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO

Nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, justifica-se a presente Inexigibilidade de Chamamento Público nº 005-2021 com amparo no artigo 31, inciso II da Lei 13.019/2014 e no que couber o Decreto Municipal 291/2017, nos seguintes termos:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Justifica-se a presente ilegitimidade de chamamento público uma vez que estão presentes os requisitos descritos acima:

a) No Município de Machadinho existe somente um Conselho Comunitário Pro-Segurança Pública de Machadinho, com a finalidade descrita no objeto da parceria.

b) Existe autorização legislativa, Lei Municipal 3.326/2021, identificando expressamente a entidade beneficiada.

Organização da Sociedade Civil: Conselho Comunitário Pro-Segurança Pública.

CNPJ: 90.482.449/0001-26.

Objeto Proposto: Auxílio financeiro, para subsidiar custos e necessidades demandados pelos órgãos de segurança pública instalados no município de Machadinho.

Valor do Repasse: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Machadinho, 13 de agosto de 2021

Alcir Grison
Prefeito Municipal